

Introdução

Entre os temas que têm perpassado as reflexões sobre a linguagem, a questão da referência é, sem dúvida, um dos mais recorrentes e instigantes, como nos têm apontado com agudeza filósofos, lingüistas, lógicos, semioticistas, analistas do discurso, psicólogos, sociólogos.

Tradicionalmente, a referência tem sido entendida como um problema de representação do mundo, devendo, destarte, as formas lingüísticas selecionadas para tal fim ser avaliadas em termos vericondicionais, ou seja, de correspondência ou não com os objetos do “mundo real” que lhes cabe espelhar.

Este quadro, que perdurou por um longo tempo e tem ainda hoje ferrenhos defensores, vem sendo mais recentemente posto em questão por aqueles que adotam uma perspectiva sociocognitiva, interacionista, no entendimento da relação entre linguagem e mundo, isto é, segundo a concepção de conformidade de L. Mondada e D. Dubois, com a qual, ao invés de se privilegiar a relação entre as palavras e as coisas, desvia-se o foco “*para a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores*”.

Se foi inicialmente vinculada às questões de ordem lógico-semântica, empiricamente centradas na análise do acesso metalingüístico do sujeito à realidade, a referência, nos últimos anos, tem

sofrido positivamente as conseqüências da introdução, na análise da linguagem, daqueles elementos tidos pela tradição estruturalista como “heteróclitos” e, portanto, prescindíveis para a compreensão dos fenômenos lingüísticos: trata-se de uma série de elementos que compõem de maneira complexa um domínio interpretativo inapelavelmente ligado às práticas humanas, das quais a linguagem é, sem sombra de dúvida, a mais radical, como a interatividade, a (inter)subjetividade, a reflexividade, a heterogeneidade, a discursividade, a argumentatividade etc.

8 Analisada em meio às práticas sociais e às situações enunciativas, a língua muito facilmente deixou de ser identificada com a capacidade apenas mental (racional, intuitiva) de corresponder ou ser equivalente à realidade. Tanto quanto o mundo, ela seria uma construção simbólica para a qual concorrem vários fatores psicossociais; na relação com o mundo, ela seria, a um só tempo, dialeticamente determinada e determinante, estruturada e estruturante, organizada e organizadora.

Tal mudança de perspectiva, desenvolvida pelos que procuram superar os impasses causados pela forte distinção entre posições internalistas e externalistas no campo dos estudos lingüísticos, é assinalada pela substituição do termo *referência* por *referenciação*, visto que passam a ser objeto de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem *mundos textuais* cujos objetos não espelham fielmente o “mundo real”, mas são, isto sim, interativamente e discursivamente constituídos em meio a práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discurso*. A relação língua-mundo passa a ser, pois, interpretada, não meramente aferida por referentes que ou representam o mundo ou “autorizam” sua representação. Da trajetória que vai da referência à referenciação, segue-se a que vai do significante à significação, do enunciado à enunciação, da língua ao discurso, da metalinguagem concebida sob parâmetros logicistas à metalinguagem integrada à enunciação. Da trajetória que vai da referência à referenciação, segue-se a que vai do cognitivismo ao sociocognitivismo, a partir do qual a cognição é concebida como construção social, intersubjetiva e historicamente situada.

Se o problema da referência nunca deixou de ser um dos temas caros e essenciais à Lingüística é porque ela – a referência – introduz e refaz de modo permanente para os estudiosos da linguagem a questão

da significação, essa “fascinante cabeça de Medusa”, para usar uma feliz expressão de Benveniste. O que torna, afinal, o mundo compreensível para nós? O que seria de responsabilidade da linguagem nesse processo?

Partindo desse quadro geral, o que se pretende explorar nesta coletânea intitulada precisamente *Referenciação e discurso* é a idéia segundo a qual os fenômenos referenciais, na qualidade de práticas discursivas, são um testemunho expressivo da relação mutuamente constitutiva entre linguagem e realidade.

Se a noção de referenciação coloca algo de novo no horizonte sobre o debate em torno do problema da referência é porque ela vem acompanhada de outras noções que, embora não sejam também novas ou reservadas à Lingüística, como a noção de discurso, têm emprestado um novo vigor aos estudos da linguagem. Como a noção de referência, a de discurso, vale lembrar, tem sido também incorporada ou abordada por vários e distintos campos disciplinares. Assim como a de referenciação, ela conhece uma força inovadora na segunda metade do século XX, com o declínio de tendências fortemente estruturalistas, logicistas, internalistas.

Contudo, embora não pareça extraordinário relacionar referenciação e práticas discursivas (extraordinário seria à hora atual negligenciarmos a natureza discursiva da construção da referência!), os estudos sistemáticos sobre o tema têm ainda uma história relativamente recente entre nós.

A presente coletânea procura destacar algumas das implicações que a movimentação teórica que o problema da referência, reconfigurado de maneira vantajosa em termos heurísticos pela noção de referenciação, tem trazido para os muitos domínios da Lingüística (e não só da ciência da linguagem, cumpre assinalar). Entre esses vários domínios, podemos mencionar aqueles centrados especialmente em estudos semânticos, pragmáticos, textuais, psicolingüísticos, neurolingüísticos, sociolingüísticos, conversacionais.

De maneira geral, todos os capítulos deste livro assumem uma visão textual-discursiva, interativa e sociocognitiva do fenômeno da referenciação. No entanto, o foco de atenção de cada um dos textos é motivado por distintos movimentos teóricos: mais especificamente, há artigos que se dedicam à análise da construção da referência

em meio a práticas sociais multimodais; à análise da remissão textual com função argumentativa; à discussão do problema da reformulação na construção da referência e de categorias, como a anáfora e as expressões nominais metadiscursivas. Também há os que discutem os alcances e os tênues limites que demarcam as diferenças entre as categorias diretamente ligadas ao problema da referenciação (como é o caso das relações entre anáfora e dêixis), ou a ele indiretamente ligadas (como a discussão sobre a questão da reflexividade das práticas referenciais dos sujeitos no curso das interações). Por fim, há os que discutem as aproximações (extremamente salutares e promissoras) que podem ser estabelecidas entre as formulações teóricas sobre a questão da referenciação e outras teorizações, formuladas no interior do campo da Lingüística ou fora dele.

Sendo este até onde se sabe o primeiro volume a concentrar, ao lado da pesquisadora suíça Lorenza Mondada (nossa convidada especial), contribuições de pesquisadores brasileiros que se vêm dedicando com especial interesse ao estudo da referenciação, isto não significa, evidentemente, que se pretenda exaurir o tema, nem tampouco esgotar as possibilidades teóricas e metodológicas que ele enseja. De forma abrangente, o intuito deste livro é abrir a um público interessado um leque precioso de reflexões e análises sobre a referenciação; de forma mais específica, é adensar ainda mais um debate que tem permitido à Lingüística ocupar, de uma maneira ou de outra, um lugar relevante na agenda dos projetos científicos em todo o mundo. Afinal, longe de ser uma discussão passageira ou *à la mode*, o interesse pela referenciação, ao abrir novas possibilidades de rearticulação da relação da Lingüística com outras disciplinas (como as Ciências Cognitivas, a Antropologia, a Sociologia, as Neurociências), surge em um momento em que o pensamento científico reordena o campo do saber, colocando em xeque respostas menos complexas para determinados problemas teóricos, bem como aquelas que rejeitam *via de regra* arbitragens necessariamente interdisciplinares.